ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MANACAPURU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 006-2023/CMDCA-MPU DE 13 DE ABRIL DE
2023.

Institui a Comissão Especial do Processo Unificado de Escolha do Conselho Tutelar de Manacapuru/AM, quadriênio 2024-2028

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Manacapuru, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 552/2019 de 10 de Abril de 2019, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, bem como regula a constituição e o funcionamento do CMDCA/MPU.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 552/2019 que estabelece as diretrizes da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução de nº 231/2022, 28 de Dezembro 2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Brasil, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar é um órgão autônomo e permanente, essencial para o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente do município de Manacapuru/AM.

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do CMDCA em Reunião Extraordinária realizada no dia 27 de Março de 2023 para a escolha dos membros da Comissão Especial, respeitada a paridade em sua composição.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Especial do Processo Unificado de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de Manacapuru/AM, quadriênio 2024-2028, composta pelos seguintes membros:

Representantes Governamentais:

Cristiane Gomes Morais	Membro da Comissão Especial
Hariany Santos Campelo	Membro da Comissão Especial

Representantes da Organização da Sociedade Civil:

Ivanita Caldeira Lima	Membro da Comissão Especial
Maria Lucinete Trindade Bezerra	Membro da Comissão Especial

Art. 2º A Comissão Organizadora elegerá aquele que irá presidi-la, pelo voto da maioria de seus membros. Não havendo definição por este critério, será o seu presidente o membro mais antigo no Conselho, persistindo a indefinição, será considerado eleito o de maior idade.

Art. 3º O processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar será conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e organizado pela Comissão Especial, sob fiscalização do Ministério Público.

Art. 4º Compete a Comissão Especial do Processo Unificado de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de Manacapuru/AM, quadriênio 2024-2028:

I – Zelar pelo fiel cumprimento a todas as regras do Edital de Chamamento ao Processo Unificado de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de Manacapuru, elaborado, revisado e aprovado pela Plenária do CMDCA e publicado em Diário Oficial;

II -Encaminhamento de cópia do Edital ao Ministério Público e veículos de informação, a fim de alcançar a população quanto aos termos do edital;

III–Conduzir o processo de escolha em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob fiscalização do Ministério Público;

IV–Atuar na função de junta receptora, apuradora – contagem e apuração dos votos, em conjunto com o Ministério Público e TRE/AM;

V–Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

VI– Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

V –Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

VI –Estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

VII –Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

VIII –Providenciar a confecção das cédulas na impossibilidade de urnas eletrônicas, conforme modelo a ser aprovado;

IX –Escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

X- Instituir em conjunto com o CMDCA a Comissão de Organização que cuidará da logística do processo de eleição, sob a sua fiscalização;

XI–Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

XII –Proceder tratativas pertinentes a eleição junto ao TRE/AM;

XIII–Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

XIV–Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha;

Art. 5ºRespeitando o disposto na Lei Municipal nº552/2019, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente resolver os casos omissos no presente.

Art. 6ºEsta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Manacapuru/AM, 13 de Abril de 2023.

Habsanias Coimbra Carvalho

Presidente do CMDCA

Publicado por:

Arnaldo Costa Campos

Código Identificador: ZTGKF9OII

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas no dia 14/04/2023 - Nº 3343. A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: <https://diariomunicipalaam.org.br>